



## **Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, José Pereira Coutinho**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e tendo em consideração os pareceres da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado José Pereira Coutinho, de 27 de Maio de 2022, enviada a coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 598/E456/VII/GPAL/2022, de 14 de Junho de 2022, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 15 de Junho de 2022:

1. A Direcção dos Serviços de Obras Públicas e o Instituto de Habitação encontram-se a proceder aos trabalhos de melhoria, em conformidade com as questões delineadas no Relatório de Sindicância sobre a Queda Grave de Azulejos das Paredes dos Espaços Comuns do Edifício do Lago e do Edifício Ip Heng (adiante designado por Relatório), publicado pelo Comissariado Contra a Corrupção (CCAC), tendo sido reforçados, mediante a realização de reuniões de coordenação periódicas, os trabalhos de comunicação e coordenação nas fases preparatórias e de construção das obras, entre outras, no sentido de resolver conjuntamente os problemas em causa. Relativamente à vistoria das obras, serão introduzidos de forma adequada os procedimentos e critérios de vistoria utilizados nas regiões vizinhas, elevando os requisitos relacionados com o prazo de garantia, de modo a assegurar a qualidade das obras.
2. Em resposta ao pedido do Governo, o empreiteiro, após a publicação do Relatório, apresentou uma proposta de reparação para erradicar o problema, de acordo com as Orientações de Concepção e Construção de Habitação Pública mais actualizadas (as informações detalhadas encontram-se disponíveis nas



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
房屋局  
Instituto de Habitação

páginas electrónicas destes dois serviços), sendo todas as despesas de reparação assumidas pelo empreiteiro.

3. A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública salientou que o Governo da RAEM tem vindo a exigir aos respectivos serviços competentes a atribuição de maior importância aos relatórios do CCAC, o acompanhamento e tratamento, com seriedade, dos problemas indicados no relatório, com vista a melhorar os trabalhos em causa. Caso existam infracções disciplinares, serão aplicadas as sanções nos termos da lei.

O Presidente do IH,  
Arnaldo Santos